



G

TRUNFOS DE UMA
EOGRAFIA ACTIVA

DESENVOLVIMENTO LOCAL,
AMBIENTE,
ORDENAMENTO
E TECNOLOGIA

Norberto Santos
Lúcio Cunha

COORDENAÇÃO

Luís Mendes

Investigador do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território da Universidade de Lisboa

DAS MARGENS PARA O CENTRO: AS GEOGRAFIAS PÓS-MODERNAS NO ESTUDO DA NOBILITAÇÃO URBANA

1. INTRODUÇÃO

Ao longo do último quarto de século têm surgido reflexões pertinentes de que as cidades do mundo ocidental ingressaram numa nova Era da sua história. Essas ideias sugerem que, conquanto ainda sejam cidades produzidas por uma sociedade moderna, elas passaram por mudanças de tal alcance que não podem ser mais aceites pelas velhas designações, nem estudadas no contexto das teorias urbanas convencionais. Em resultado de todo um conjunto de transformações relacionadas com a reestruturação económica global e a compressão espaço-temporal propiciada pelas melhorias significativas nos transportes e pelas novas tecnologias da comunicação, as cidades de maior dimensão das sociedades capitalistas do mundo desenvolvido têm registado alterações profundas em vários domínios fundamentais da vida urbana: na base económica, na composição socio-cultural, na estrutura urbana, na política e gestão, entre outros. É já seguramente consensual para um número crescente de autores que se assiste, nas últimas décadas, à formação de um novo tipo de cidade que, por comodidade e na falta de melhor expressão, se designa de “pós-moderna”, “pós-industrial” ou “pós-fordista”.

Mesmo sendo certo que a emergência da cidade pós-moderna do capitalismo tardio não anula, por substituição automática, a cidade moderna do capitalismo industrial, a verdade é que as manifestações da transição não deixam margem para grandes dúvidas no esboço de uma nova forma de organização do espaço urbano. A crescente fragmentação social urbana prova-o, em consequência das aceleradas mudanças a nível económico e tecnológico; das transformações associadas na experiência do espaço e do tempo; da transferência da produção para o consumo como fulcro da existência individual e social; da escala crescentemente global das formas de vida urbana económica e cultural; da complexificação da divisão social do espaço urbano.

Neste contexto, o processo de nobilitação urbana pode ser encarado como um dos processos espaciais mais visíveis desta ampla mutação socioeconómica, como materialização no espaço urbano deste profundo processo de reestruturação que experimentam as sociedades ocidentais de capitalismo avançado, sob o signo de afirmação de uma condição pós-moderna.

O desenvolvimento deste breve trabalho constrói-se, então, num percurso de discussão e reflexão teóricas das questões gerais inerentes às recentes tendências pós-modernas da

evolução do pensamento geográfico, e do seu reflexo na metodologia e conceptualização a que recorrem os principais académicos dos estudos urbanos para o estudo da nobilitação urbana. Procurar-se-á, assim, interpretar este tema da geografia urbana equacionando-o sob o signo dos posicionamentos normativos gerais deste movimento explicativo da realidade sócio-espacial no âmbito da Epistemologia da Geografia e ainda da Filosofia da Ciência em geral.

2. DA CONDIÇÃO URBANA PÓS-MODERNA

É vasta a literatura científica que acumula contribuições válidas em considerar a questão da pós-modernidade uma problemática relevante no discurso social, económico, cultural político e epistemológico. A pós-modernidade não só como uma condição social, económica e política contemporânea, mas também, e sobretudo, como forma de reflexão e de resposta à acumulação de indícios sobre os limites e as limitações da modernidade. A pós-modernidade como condição indispensável de discussão das dúvidas, das incertezas e das ansiedades que parecem cada vez mais ser o corolário de uma modernidade inacabada (Sousa Santos, 1989, 1994).

Não obstante as críticas aos excessos do discurso pós-moderno, o estudo do seu pensamento afigura-se indispensável, pois se ainda que o debate teórico que originou repercutiu um escasso eco na geografia enquanto ciência espacial, a verdade é que as suas perspectivas de compreender o mundo e a ciência modificaram as coordenadas de orientação da cultura ocidental.

Nas últimas três décadas, o debate epistemológico e social sobre a condição pós-moderna interceptou com frequência o da cidade (Dear, 1988, 1996, 1997, 2000, 2001; Cachinho, 2006). E existem análises da modernidade do espaço urbano e das suas consequências que sugerem que é agora necessário conceber e utilizar a noção de pós-modernidade para se conseguir compreender devidamente a condição urbana actual da nobilitação.

De acordo com uma aproximação em termos de ciclos, podemos então pôr a hipótese de que entrámos num novo ciclo da vida da cidade, qualificado frequentemente de pós-fordista. Esta denominação é também um pouco ambígua, pois supõe a superação completa do fordismo e do paradigma do ciclo precedente, o que não é exactamente o caso. De um ponto de vista económico, o novo ciclo que se inicia é marcado pela globalização, pela procura de novos tipos de produtividade, de flexibilidade, de polivalência, de procura sistemática da velocidade, da experimentação de novos modos de organização económica, do desenvolvimento dos transportes e das telecomunicações. Em consequência disto, enquanto que a época fordista se mostrava dominada por uma tendência geral para a concentração das actividades produtivas em grandes pólos urbanos, o período mais recente assiste a uma presença simultânea de impulsos centrífugos e centrípetos. Os primeiros dizem respeito às actividades industriais e, sobretudo, às que produzem bens de largo consumo. Os impulsos centrípetos, em contrapartida, referem-se sobretudo às actividades terciárias mais qualificadas, da finança aos centros de consultadoria e de *marketing*, da pesquisa às actividades ligadas à cultura e à informação. Esta transição para o novo regime de acumulação flexível de capital, lê-se no território através do aumento da fragmentação urbana e de um mapeamento mais complexo das actividades e das funções urbanas. Nas teorias da condição urbana pós-moderna, a cidade é hoje apreendida como um “sistema

complexo”, irredutível à separação em funções elementares e em zonas estanques. Ela deve ser concebida como uma realidade flexível que se pode adaptar e modificar ao longo do tempo, ao contrário da produção massificada dos grandes conjuntos habitacionais, ilustração dramática da rigidez do período moderno. O urbanismo deve ser “ágil” e realizar-se mais a partir de projectos urbanos estratégicos do que de planos directores. O planeamento urbano deve ser mais pragmático, participado e elástico, promovendo a miscigenação funcional e a polivalência. Todas estas características empurram a evolução da cidade para um espaço crescentemente policêntrico, constituído por diversos pólos de emprego, de comércio, de serviços e de lazer, paralelamente a uma desconcentração das actividades e à redução da proeminência do centro tradicional (Ascher, 1998). O princípio da incerteza revê-se na cidade pós-moderna, composta por movimentos simultâneos antagónicos de desconcentração e de recentralização, evidentes também na mobilidade residencial intra-metropolitana, com os processos de suburbanização e de nobilitação urbana, respectivamente.

A reestruturação da base económica está associada a uma progressiva desindustrialização dos espaços urbanos e ao incremento da presença de actividades terciárias, factores que influenciam decisivamente a estrutura funcional das cidades e que redefinem a sua funcionalidade interna, já que se acelera o processo de substituição dos espaços de produção pelos de serviços e de lazer. De facto, assiste-se a uma profunda transformação da funcionalidade da cidade moderna, a qual assentava na componente da produção. A transição da sociedade moderna para a sociedade pós-moderna é caracterizada, entre muitos outros aspectos, por importantes alterações nos domínios demográfico e socio-cultural – alterações na estrutura e composição da família (crescimento do número de isolados, aumento das uniões de facto e de casais sem filhos), crescente participação da mulher na esfera produtiva, acesso ao ensino, democratização da educação, entre outros (Dansereau e Choko, 1988). Todos estes factores vêm igualmente contribuir para a profunda alteração da estrutura social e dos padrões, condutas e estilos de vida a estas associados, nomeadamente, ao nível dos padrões de escolha, de (p)referência ao *habitat* (Pellegrino, 1994; Pellegrino *et al.*, 1994).

Como já foi referido anteriormente, o processo de nobilitação urbana contextualiza-se no seio de uma ampla recomposição sócio-demográfica, traduzindo-se na constituição de uma suposta “nova classe média” que se diferencia da classe média tradicional (Ley, 1994, 1996; Butler, 1997). Os seus membros ocupam lugares em profissões tradicionais que tendem a crescer e em novas profissões ao nível de actividades ligadas ao que Bourdieu (1989) apelidou de “produção simbólica”. São os intermediários culturais, ligados às indústrias culturais, às artes, à publicidade, ao *design*, à moda, à cultura, imagem e *marketing*, arquitectura e decoração, entre outras.

3. “MORTE” DA METANARRATIVA MODERNA E CRISE DO MARXISMO NO ESTUDO DA NOBILITAÇÃO URBANA

Obra de referência para os autores pós-modernos, “A Condição Pós-Moderna” de Jean-François Lyotard (1989) encerra de forma excelente o argumento de que a pós-modernidade corresponde à crise das metanarrativas. A ciência pós-moderna como recusa da metanarrativa proposta por todos os outros paradigmas (incluindo o marxismo), os regimes de verdades singulares da modernidade. A pós-modernidade enquanto paradigma (ou melhor

não-paradigma) assenta num descrédito generalizado no próprio conceito de paradigma, isto é, no círculo perfeitamente fechado dos factos e das interpretações da realidade, com vista ao atingir de uma verdade unitária e totalizante.

A concepção desconstrutivista e perspectivista da pós-modernidade opõe à ideia de uma realidade simples, cognoscível (passiva e passível de conhecimento total e absoluto) e perfeitamente objectiva, a noção de múltiplas realidades, tantas quantas os indivíduos existentes que as concebam. Existem tantas realidades e “verdades” quantos os pontos de vista e as interpretações realizadas. Todo o texto pós-moderno deve ser entendido como um escrito de circunstância. Todas as interpretações da realidade são válidas dependendo apenas do contexto em que são convocadas.

No final do século XX, tornam-se claras as limitações teóricas do marxismo enquanto paradigma moderno dominante na geografia, em geral, e nos estudos urbanos, em particular. As respostas avançadas por este paradigma na análise urbana da nobilitação apresentam duas falhas. A primeira é de que a acção socio-espacial dos *gentrifiers* tende a ser subordinada à estrutura económica. A segunda, e que deriva em parte da primeira, tem que ver com o facto dos académicos estruturalistas privilegiarem uma abordagem causal unidimensional, insistindo em explicações de tipo materialista. É atribuída uma importância explicativa bastante exagerada aos aspectos instrumentais e coercivos das estruturas sobre a agência.

Nem Marx, nem a tradição subsequente de estudos marxistas conseguiram resolver o problema do dualismo da estrutura e da *agency*. O estruturalismo enquanto paradigma assenta nalguns princípios gerais. O primeiro deriva do conceito de estrutura. Por “estrutura”, e segundo Braudel (1976) e aqui de forma simplificada, entendem-se todos os sistemas englobantes das relações sociais que surgem como forças aparentemente externas, determinantes das vidas dos indivíduos. Defende-se que existem estruturas estáveis que formam uma arquitectura que escapa à consciência dos sujeitos. O binómio base-superestrutura, também conhecido por infra-estrutura e superestrutura de acordo com o conceito de modo de produção, representa um sólido princípio marxista, segundo o qual o todo social é constituído por dois grandes níveis ou instâncias: a técnico-económica (a base) e a político-ideológica (a superestrutura). A base é constituída pelo conjunto das forças produtivas e das relações de produção, que formam os alicerces do edifício societal sobre os quais se ergue a superestrutura, composta, por sua vez, pela instância jurídico-política (o Direito, o Estado) e pela instância ideológica (ideias religiosas, morais, estético-artísticas). A base, alimentada pelas relações sociais de produção, constitui o fundamento da estruturação das diversas formações sociais e das componentes políticas e ideológicas da superestrutura (Lefebvre, 1947).

A problemática da relação “estrutura-agência” reflecte-se na geografia urbana marxista quando se privilegia uma análise estruturalista da nobilitação a partir das várias instituições sociais, políticas e económicas, concedendo pouco espaço para a acção humana activa do *gentrifier*. À semelhança dos restantes autores marxistas, os geógrafos filiados neste paradigma não conseguiram criar um referencial teórico da dinâmica espacial urbana como algo estruturalmente organizado e, simultaneamente, aberto a uma reconstrução activa por parte dos actores sociais. A nobilitação urbana não é inteiramente produzida pela e da forma como os *gentrifiers* a desejam. A razão para tal reside no facto de que a acção humana dos novos moradores, como dos restantes actores sociais, se desenvolver no interior das relações sociais de produção que assumem o carácter de estruturas englobantes. Estas

estruturas derivam da base material da vida social urbana e não de um qualquer domínio difuso de ideias e de valores.

Na óptica de Neil Smith (1979) a chave da explicação da nobilitação urbana, e que é transversal a toda a sua obra académica, encontra-se nas mudanças registadas no modelo de acumulação de capital e no modo de produção capitalista na sua última fase mais tardia. Aplicado à produção do espaço urbano, este conceito não se refere só aos instrumentos técnicos de produção mas, especialmente, às relações sociais que dão origem a direitos diferenciais de propriedade privada para habitação na cidade centro, logo gerando segregação residencial. Esta posição de Smith foi altamente criticada por Hamnett (1991, 1992) que, como geógrafo humanista que é, alegou a necessidade de reconhecer um papel mais preponderante do *gentrifier* na produção socio-espacial da nobilitação urbana. Para tal, este autor afirmou a riqueza metodológica subjacente à complementaridade de diferentes técnicas de análise e recolha de dados sobre o estilo de vida do *gentrifier*, a sua estrutura motivacional e comportamentos em termos de mobilidade residencial.

A posição assumida por Hamnett (1992) leva-nos ao segundo grande problema que afecta actualmente a análise crítica urbana, em particular, e o materialismo histórico marxista, em geral, e que reside no facto de se ter ido longe demais na afirmação da importância das bases materiais da sociedade, assentes no modo de produção e nas relações sociais de produção, reduzindo-se fortemente ao economicismo. Este problema faz-nos retomar o debate em torno do modelo base-superestrutura, no qual os aspectos religiosos, morais, políticos e estético-artísticos são vistos como uma superestrutura erguida sobre uma base material e por ela profundamente determinados. Torna-se evidente que a perspectiva teórica marxista apresenta uma tendência explicativa dominante dos fenómenos/factos sócio-espaciais em função dos interesses/necessidades económicas que os determinam. O problema gerado pelo carácter unidimensional da interpretação materialista da causalidade reflectiu-se nas dificuldades que esta encontra em aceitar a possibilidade da recomposição da forma urbana puder apresentar uma pluralidade causal que lhe seja mais pertinente. Isto valeu aos teóricos urbanos marxistas o rótulo de “dogmáticos”, na leitura que fazem dos escritos de Marx.

Uma razão pela qual os teóricos marxistas têm menosprezado os problemas de teor meramente social e cultural na explicação da nobilitação urbana reside na sua predilecção por um modelo de acção socio-espacial baseado na satisfação instrumental do interesse de classe. Diz-se instrumental, porque se refere a uma concepção das acções como meios para alcançar determinados fins económicos e não uma valorização destas em si e para si próprias. Era comum na literatura dos estudos urbanos, até ao início dos anos 80, fazer-se referência que a produção da nobilitação urbana só podia ser entendida mediante as relações sociais capitalistas de produção e a luta de classes e dos diferentes agentes urbanos pela apropriação diferenciada do espaço residencial urbano. Defendendo a premissa de que o espaço urbano é socialmente produzido, compreende-se a recentralização da classe burguesa como materialização territorial de uma estrutura social e modo de produção que entendem o alojamento-mercadoria como objecto de especulação e elemento de reprodução da força de trabalho, geradora de mais-valia, logo, respondendo aos interesses da acumulação capitalista dos novos moradores, dos promotores imobiliários e das instituições financeiras.

Assim, os *gentrifiers* e a(s) classe(s) que os agrupa(m) agem instrumentalmente, com vista a realizar única e exclusivamente apenas interesses materiais, pelo que, na perspectiva da geografia

urbana marxista, não se afigura necessária a referência a considerações baseadas nos valores e nas motivações que produzem o desejo de residência e apropriação dos bairros antigos da cidade centro. As tentativas dos marxistas urbanos para incluir estes elementos subjectivos no modelo instrumental e racional de mobilidade residencial só se faz através da noção de ideologia. Sendo esta entendida, de acordo com Althusser (1985), como um conjunto de crenças e representações, símbolos e sinais, normas e valores, correspondente a uma instância real, mas sempre derivada das condições materiais estabelecidas pelas relações sociais de produção. É destinada a legitimar interesses inerentes a uma classe dominante, à qual subentende-se neste caso, os *gentrifiers* estão unilateralmente associados. Estes detendo os meios de produção material até por assumir posições de relevo no que toca a sua categoria socio-profissional, possuem também os mecanismos e instrumentos de produção simbólico-ideológica (representações e discursos, signos e símbolos, condutas e atitudes), que aplicados ao factor habitação, justificam o seu *status-quo*, legitimando os seus interesses (Harvey, 1987; Bourdín, 1979). Reduzem a distinção social emprestada pela nobilitação urbana ao estatuto de mais um instrumento coercivo do controlo ideológico de classe, excluindo a questão de saber se é possível os novos modelos de *habitat* transcenderem o poder e determinismo da classe social.

Esta explicação impossibilita os geógrafos urbanos de responderem à principal questão que as versões críticas da teoria socio-espacial enfrentam, nomeadamente a incapacidade de enquadrar e encaixar os desenvolvimentos recentes e inovadores que provêm da atenção dedicada por muitos académicos aos estilos de vida. Estes prendem-se com práticas quotidianas e formas de consumo que envolvem escolhas particulares e identitárias muito diversificadas, em domínios tão díspares como a habitação, a alimentação, os usos do corpo, o vestuário, os hábitos de trabalho, o lazer, a religião, a arte, a organização do espaço e do tempo. Distintos e distintivos, com homologias e correspondências significativas a ligar as suas diversas componentes, os estilos de vida tendem a configurar-se de forma coerente e a exprimir as identidades pessoais e colectivas, fugindo um pouco à normatividade imposta pelo conceito de classe. A expansão dos mercados, a diferenciação urbana e a complexificação da divisão social do trabalho multiplicaram as possibilidades de escolha oferecidas aos actores sociais. Este incremento das opções permite-lhes a adopção e a construção dos seus próprios estilos de vida, que se individualizam crescentemente e resguardam uma subjectividade que escapa à materialidade das práticas de classe social.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crítica ao marxismo deixa as ciências sócio-espaciais num impasse teórico que é ainda mais agravado pela “crise de paradigma”. É, por conseguinte, nesta ideia de desconstrução dos programas sintacticamente arrumados e hierarquizados dos “grandes códigos” totalizantes ou “grandes narrativas”, na terminologia de Lyotard (1989), que se constrói a filosofia da condição urbana pós-moderna.

O discurso sobre o conhecimento da nobilitação urbana na condição pós-moderna enquadra-se nesta ausência de narrativas fundadoras que, por sua vez, remetem a discussão interdisciplinar de diversos saberes para o acontecer na prática da sua própria construção, que é social, localizado espacialmente e contextualizado historicamente. A constatação da emergência de descontinuidades no pensar da racionalidade enquanto crise da sua própria legitimação, a diluição da Geografia em múltiplas e legítimas geografias quotidianas e

pessoais marca a necessidade de apostar num conhecimento da *gentrification* mais próximo dos actores sociais que a protagonizam.

Em suma, a condição pós-moderna ao defender que a(s) verdade(s) apenas têm um carácter probabilístico, aproximativo e provisório, arrasta para a Geografia a noção da flexibilidade cultural com que o conhecimento deve ser interpretado. Corroborar-se, assim, que todas as interpretações da nobilitação urbana poderão ser válidas, não podendo afirmar-se que uma o é em total e absoluto, única e verdadeira. Essa é, afinal, a grande potencialidade epistemológica da pós-modernidade e a sua mais sedutora estratégia: extinguir a metanarrativa ao desconfiar da totalidade do modelo moderno e dos regimes singulares de verdade. É, simultaneamente, a sua maior fraqueza.

Persiste a incapacidade da condição pós-moderna se afirmar enquanto bloco teórico coerente e único. Ainda assim, em nada esta conclusão parece contrariar o espírito pós-moderno, pois os movimentos críticos mais característicos têm sobretudo contestado “a grande teoria” ou as “grandes narrativas” modernas, afirmando o carácter necessariamente incompleto e fragmentado de todo o conhecimento, salientando a diversidade e a diferença de interpretações, por oposição a princípios universais e totalizadores. Não se estabeleceu, contudo, nenhum programa coerente e auto-sustentado de pesquisa, nem se conhece no âmbito dos estudos urbanos uma continuidade de trabalhos posteriores, embora tenham surgido contributos interessantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Althusser, L. 1985, *Aparelhos Ideológicos de Estado*, Edições Graal, São Paulo.
- Ascher, F. 1998, *Metapolis. Acerca do Futuro da Cidade*, Celta Editora, Oeiras.
- Braudel, F. 1976, *História e Ciências Sociais*, Editorial Presença, Lisboa.
- Bourdieu, P. 1989, *O Poder do Simbólico*, Difel, Lisboa.
- Bourdin, A. 1979, « Restauration rehabilitation: l'ordre symbolique de l'espace neo-bourgeois », *Espaces et Societes*, no. 30/31, pp.15-35.
- Butler, T. 1997, *Gentrification and the Middle Classes*, Ashgate, Aldershot.
- Cachinho, H. 2006, “Consumactor: da condição do indivíduo na cidade pós-moderna”, *Finisterra*, vol. 41, no. 81, pp.33-56.
- Dansereau, F.; Choko, M. 1988, « Revalorisation des centres urbains et nouveaux visages de l'accession a la propriete au Canada », *Espaces et Societes*, no. 51, pp.21-34.
- Dear, M. 1988, “The postmodern challenge: reconstructing human geography”, *Transactions of the Institute of British Geographers*, vol. 13, no. 1, pp.262-274.
- Dear, M. 1996, “The personal politics of postmodernity”, in *Geography and Identity*, ed. D. Crow, Maisonneuve Press, Washington D.C.
- Dear, M. 1997, “Postmodern bloodlines”, in *Space & Social Theory. Interpreting Modernity and Postmodernity*, ed. G. Benko, U. Strohmayer, Blackwell, Oxford.
- Dear, M. 2000, *The Postmodern Urban Condition*, Blackwell, Oxford.
- Dear, M. 2001, “The postmodern turn” in *Postmodern Geography. Theory and Praxis*, ed. C. Minca, Blackwell, Oxford.
- Hamnett, C. 1991, “The blind men and the elephant: the explanation of gentrification”, *Transactions of the Institute of British Geographers*, vol. 16, no. 1, pp.173-189.
- Hamnett, C. 1992, “Gentrifiers or lemmings? A response to Neil Smith”, *Transactions of the Institute of British Geographers*, vol. 17, no.1, pp.116-119.
- Harvey, D. 1987, “Flexible accumulation through urbanization: reflections on “post-modernism” in the american city”, *Antipode*, vol. 19, no. 3, pp.260-286.
- Lefebvre, H. 1947, *Le Matérialisme Dialectique*, Presses Universitaires de France, Paris.

- Ley, D. 1994, "Gentrification and the politics of the new middle class", *Environment and Planning D: Society and Space*, vol. 12, no. 1, pp.53-74.
- Ley, D. 1996, *The New Middle Class and the Remaking of the Central City*, Oxford University Press, Oxford.
- Lyotard, J. F. 1989, *A Condição Pós-Moderna*, Gradiva Publicações, Lisboa.
- Smith, N. 1979, "Toward a theory of gentrification: a back to the city movement by capital not people", *Journal of the American Planning Association*, no. 45, pp.538-548.
- Sousa Santos, B. 1989, *Introdução a uma Ciência Pós-Moderna*, Edições Afrontamento, Porto.
- Sousa Santos, B. 1994, *Pela Mão de Alice. O Social e o Político na Pós-Modernidade*, Edições Afrontamento, Porto.